

CELESTINO BANGULA QUEMBA

Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola

CRIME CONTINUADO

A PROBLEMÁTICA DOS CRIMES SEXUAIS



UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA

Lisboa 2015

Título Crime Continuado. A Problemática dos Crimes Sexuais
Autor Celestino Bangula Quemba
Colecção Direito Angolano

© Universidade Católica Editora

Revisão Editorial António Brás
Capa Ana Luísa Bolsa | 4 ELEMENTOS
Concepção gráfica Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.
Depósito Legal 387187/15
Data Fevereiro 2015

ISBN 9789725404522

Universidade Católica Editora
Palma de Cima 1649-023 Lisboa
Tel. (351) 217 214 020 | Fax. (351) 217 214 029
uce@uceditora.ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt



QUEMBA, Celestino Bangula
Crime continuado : a problemática dos crimes sexuais / Celestino Bangula
Quemba. – Lisboa : Universidade Católica Editora, 2015. – 200 p. ; 23 cm. –
(Direito angolano)
ISBN 9789725404522
I – Tít. II – Col.
CDU 343.54(673)

5101256

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
NOTA PRÉVIA	9
ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	13

CAPÍTULO I

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CRIME CONTINUADO

1. Direito Romano	15
2. Direito Germânico	17
3. Direito Canônico	17
4. Glosa	17
5. Os Práticos Italianos	18

CAPÍTULO II

NOÇÃO LEGAL, FUNDAMENTO, ELEMENTOS E NATUREZA JURÍDICA DO CRIME CONTINUADO

1. Noção Legal de Crime Continuado	21
2. Fundamento do Crime Continuado	24
3. Elementos Constitutivos do Crime Continuado	27
3.1. Teorias sobre o Elemento Subjectivo do Crime Continuado	28
3.2. Elementos (Pressupostos) do Crime Continuado	30
3.3. Conexão Temporal e Espacial como Elementos não Consagrados na Lei	42
4. Natureza Jurídica do Crime Continuado	46
4.1. Teoria da Unidade Natural ou Real	46
4.2. Teoria da Ficção Jurídica	47
4.3. Teoria da Realidade Jurídica ou Mista	49

CAPÍTULO III

CRIME CONTINUADO E FIGURAS AFINS

1. Crime Continuado e Crime Permanente	53
2. Crime Continuado e Tendência Criminosa	54
3. Crime Continuado e Crime Habitual	54
4. Crime Continuado e Crime Complexo	55
5. Crime Continuado e Concurso Real de Infracções	56
6. Crime Continuado e Reincidência	56
7. Crime Continuado e Crime de Execução Sucessiva	57
8. Crime Continuado e Crime de Execução Reiterada	57
9. Crime Continuado e Sucessão de Crimes	58

CAPÍTULO IV

PUNIÇÃO DO CRIME CONTINUADO

1. Artigo 79.º do Código Penal	59
2. Condutas Supervenientes da Continuação Criminosa	63
3. Questões de Natureza Processual e Substantiva Relativas ao Crime Continuado: O Caso Julgado, Aplicação da Lei no Tempo, Lugar da Prática do Crime, Início do Prazo de Prescrição e Prazo de Extinção do Direito de Queixa	64
3.1. Crime Continuado e Caso Julgado	64
3.2. Crime Continuado e Aplicação da Lei no Tempo	69
3.3. Crime Continuado e Lugar da Prática do Facto	70
3.4. Crime Continuado e Início do Prazo de Prescrição	70
3.5. Crime Continuado e Prazo de Extinção do Direito de Queixa	71

CAPÍTULO V

O CRIME CONTINUADO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO

1. O Crime Continuado no Código Penal de 1886	73
2. O Crime Continuado no Anteprojecto de Código Penal Angolano	77
3. Aplicação Prática do Instituto do Crime Continuado pelos Tribunais Angolanos	79

CAPÍTULO VI
CRIME CONTINUADO NO DIREITO COMPARADO 91

1. Brasil		91
2. Espanha		98
3. Itália		100

CAPÍTULO VII
CRIMES CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL
NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS 103

1. Artigo 171.º – Abuso Sexual de Crianças		103
1.1. Enquadramento Histórico do Artigo 171.º		104
1.2. Conceito de Abuso Sexual		105
1.3. Noção de Acto Sexual de Relevó		107
1.4. Bem Jurídico Protegido		110
1.5. O Tipo Objectivo		111
1.6. O Tipo Subjectivo		114
1.7. Sujeitos do Crime		115
1.8. Tentativa		115
1.9. Comparticipação		115
1.10. Continuação Criminosa		116
2. Artigo 172.º – Abuso Sexual de Menores Dependentes		116
2.1. Enquadramento Histórico do Artigo 172.º		116
2.2. O Bem Jurídico Protegido		117
2.3. O Tipo Objectivo		117
2.4. O Tipo Subjectivo		119
2.5. Sujeitos do Crime		120
2.6. A Comparticipação		120
2.7. A Continuação Criminosa		120
3. Artigo 173.º – Actos Sexuais com Adolescentes		121
3.1. Evolução Histórica do Artigo 173.º		121
3.2. O Bem Jurídico		122
3.3. O Tipo Objectivo		122
3.4. O Tipo Subjectivo		123
3.5. Sujeitos do Crime		123

3.6. A Comparticipação	124
3.7. A Continuação Criminosa	125
4. Artigo 174.º – Recurso à Prostituição de Menores	125
4.1. Enquadramento Histórico do Artigo 174.º	125
4.2. O Bem Jurídico	126
4.3. O Tipo Objectivo	126
4.4. Tipo Subjectivo	127
4.5. Sujeitos do Crime	127
4.6. A Comparticipação	128
4.7. A Continuação Criminosa	128
5. Artigo 176.º – Pornografia de Menores	128
5.1. Enquadramento Histórico do Artigo 176.º	129
5.2. O Bem Jurídico	129
5.3. O Tipo Objectivo	130
5.4. O Tipo Subjectivo	132
5.5. Sujeitos do Crime	132
5.6. A Comparticipação Criminosa	133
5.7. A Continuação Criminosa	133

CAPÍTULO VIII

OS CRIMES CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO.

ANÁLISE CRÍTICA 135

1. Código Penal de 1886	135
1.1. Artigo 390.º – Ultraje ao Pudor Público	136
1.2. Artigo 391.º – Atentado ao Pudor	139
1.3. Artigo 392.º – Estupro	142
1.4. Artigo 393.º – Violação	146
1.5. Artigo 394.º – Violação de Menor de 12 Anos	152
1.6. Artigo 395.º – Rapto Violento ou Fraudulento	153
1.7. Artigo 405.º – Lenocínio	156
1.8. Artigo 406.º – Corrupção de menores	158
2. Anteprojecto de Código Penal. Análise Crítica	160
2.1. Acto Sexual	161
2.2. Penetração Sexual	163

2.3. Artigo 179.º – Abuso Sexual de Menor de 14 Anos	164
2.4. Artigo 180.º – Abuso Sexual de Menor de 16 Anos	167
2.5. Artigo 181.º – Abuso Sexual de Menor Dependente	168
2.6. Artigo 184.º – Pornografia Infantil	169
2.7. Artigo 186.º – Queixa	172
2.8. Artigo 187 – Inibição da Autoridade Paternal	173

CAPÍTULO IX

CRIME CONTINUADO E CRIMES CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL. ANÁLISE CRÍTICA	175
--	-----

CONCLUSÕES	183
------------	-----

BIBLIOGRAFIA	187
--------------	-----